

HABEAS CORPUS Nº 548.825 - MG (2019/0358096-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **ALINE CARLOS DA ROCHA E OUTROS**
ADVOGADOS : **PAULO SÉRGIO AVEZANI - MG133630**
 ALINE CARLOS DA ROCHA - MG178395
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
PACIENTE : **PRISCILA DA CUNHA VIGILATO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

EMENTA

HABEAS CORPUS. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ACÓRDÃO JUNTADO AOS AUTOS QUE NÃO APRECIOU AS QUESTÕES INDICADAS NA IMPETRAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DA PEÇA ESSENCIAL. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO FEITO.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Priscila da Cunha Vigilato** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.19.137186-3/000, assim ementado (fl. 322):

HABEAS CORPUS. CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA TAL FIM. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO. SÚMULA CRIMINAL 53 DO TJMG. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. - Não se conhece de *habeas corpus* que constitua mera reiteração de pedido anterior, já decidido por Turma Julgadora deste Tribunal.

A defesa alega que o Juízo da 3ª Vara Criminal da comarca de Juiz de Fora/MG decretou a prisão preventiva da paciente e dos acusados, *em virtude da suposta participação em tráfico ilícito de drogas e associação (arts. 35 e 33 da Lei n. 11.343/2006)* – fl. 4.

Aponta constrangimento ilegal na segregação cautelar, por entender que *inexistem os requisitos ensejadores da prisão preventiva, bem como a existência de dúvidas razoáveis sobre a participação da paciente* (fl. 4).

Diz que, *em relação à acusada [...], não há nos autos elementos que justifiquem a prisão preventiva, haja vista que, a acusada não praticou o crime de*

Superior Tribunal de Justiça

tráfico de drogas e associação criminosa, conforme consta na denúncia (fl. 10).

Assevera estar evidente a falta de fundamentos da prisão preventiva, sobretudo considerando *o fato de o processo ter sido remetido a delegação de polícia para novas diligências e não ter sido encontrado nada que justifique a manutenção de sua prisão* (fl. 10), inexistindo justa causa para a segregação.

Sustenta, ainda, excesso de prazo na formação da culpa, estando a paciente encarcerada *há 161 [...] dias sem formação de culpa, o que, por si só, gera constrangimento ilegal, ancorando-se no princípio da duração razoável do processo* (fl. 18).

É o relatório.

O *mandamus* não merece ser conhecido.

Com efeito, as alegações postas na impetração, ao que consta do acórdão juntado às folhas 322/325, **não foram apreciadas pelo Tribunal de Justiça mineiro**, que não conheceu do *writ* por se tratar de reiteração de *habeas corpus*, **configurando indevida e vedada supressão de instância, o que impede o conhecimento da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça.**

Nesse sentido: RHC n. 107.672/RJ, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 30/5/2019.

Mostra-se inviável a análise da insurgência apresentada nesta impetração, no tocante à legalidade da segregação da paciente, sobretudo quanto à sua gênese, ante a ausência de documento essencial ao deslinde da controvérsia, **o que impede a análise acurada das alegações.**

O *habeas corpus* não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações. Cabe aos impetrantes o ônus processual de produzir elementos documentais consistentes, destinados a comprovar as alegações suscitadas no *writ*.

Nesse sentido, por exemplo: HC n. 317.882/RJ, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta

Superior Tribunal de Justiça

Turma, DJe 31/8/2015; e RHC n. 45.789/RJ, Ministro Newton Trisotto (Desembargador convocado do TJ/SC), Quinta Turma, DJe 30/9/2015.

Ante o exposto, com base no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator